

LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa

LDB 1996 twenty years later: educational projects in dispute

Angela Hess Gumieiro

Doutoranda na Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
angelahessufgd@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-0368-2003>

Recebido em 01 de maio de 2019

Aprovado em 22 de julho de 2019

Publicado em 09 de outubro de 2019

O livro “LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa”, publicado pela editora Cortez, em 2018, foi organizado pela Professora Doutora Iria Brzezinski e tem como objetivo apresentar um panorama crítico da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, tendo por eixo norteador a análise minuciosa da agenda de disputas do campo na materialização deste dispositivo legal.

É apresentado de forma clara e consistente em 358 páginas, com dez capítulos, que abordam resultados de estudos e pesquisas sobre o processo de materialização da LDB nestes últimos vinte anos. Educadores de referência em diferentes especialidades retomam a lei e suas alterações no transcorrer dos anos, e a confrontam com uma visão política clara e estruturada em prol do desenvolvimento do país.

A coletânea engloba um conjunto articulado de temáticas: o sistema nacional de educação e regime de colaboração; a aproximação filosófica da LDB; a base nacional comum curricular; a formação de profissionais da educação, professores e funcionários da educação básica; a educação básica; a educação infantil; a educação de jovens e adultos; a educação superior; e, o financiamento da educação.

No primeiro capítulo, intitulado *Sistema Nacional de Educação Nacional e regime de colaboração*, Dermeval Saviani fala sobre construir um conjunto unificado que articula todos os aspectos da educação no país inteiro, com normas válidas para

todo o território nacional e com procedimentos também comuns, visando a assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a todos.

O autor diz que o Sistema Nacional de Educação é “[...] a organização intencional e planejada de todos os aspectos da educação efetivada em regime de colaboração pela União, Estados, Distrito federal e Municípios” (SAVIANI, 2019, p. 44). Termina o capítulo criticando o atual momento do país de retrocesso político “em que está em curso o desmonte até mesmo das ainda limitadas conquistas educacionais obtidas nos últimos anos” (SAVIANI, 2019, p. 45), comprometendo a implementação do Plano Nacional de Educação.

O segundo capítulo de autoria de Antônio Joaquim Severino tem o título *Por uma aproximação filosófica da LDB/1996: a difícil construção da cidadania*. O autor apresenta a construção da cidadania proposta pela LDB/1996 em seu art. 2º, realiza uma retrospectiva histórica das múltiplas modificações feitas durante os vinte anos de LDB/1996. Reconhece que o texto final da LDB/1996 é resultado histórico possível frente ao jogo de interesses em conflito no contexto da conjuntura política da sociedade brasileira, na época de sua aprovação.

O terceiro capítulo, *Vinte anos da LDB: da base nacional comum à base nacional comum curricular*, de Márcia Ângela Aguiar, tem por objeto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A autora analisa o contexto educacional durante a elaboração das três versões da BNCC e destaca que, pelo menos, três protagonistas estão no campo da disputa quanto ao estabelecimento da BNCC para a Educação Básica, que são os reformadores liberais, em seus diversos matizes; os reacionários, que se identificam com as posições da Escola sem Partido; os defensores de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade social. Comenta sobre as críticas que marcaram o processo de elaboração da BNCC e encerra o capítulo com duas perguntas: “Qual o destino da BNCC no chão da escola? O direito à educação básica será materializado?” (AGUIAR, 2019, p. 60).

No quarto capítulo, *Formação de Profissionais do Magistério na LDB/1996: a disputa entre projetos educacionais antagônicos*, Iria Brzezinski, organizadora deste livro, trata das alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, ocorridas em duas décadas, as quais impactaram direta ou indiretamente a formação

e valorização dos profissionais do magistério. Desvela a existência de dois projetos antagônicos: um do mundo do sistema, originário do jogo das interações inerentes à sociedade moderna racional e dessacralizada, e outro procedente do mundo vivido dos educadores. A autora foca em várias alterações na LDB/1996, no entanto faz um recorte temporal que abrange de julho de 2013 a agosto de 2017. Ressalta, por um lado, um avanço na concepção de profissionais da educação a existência no Título V — “Dos Profissionais da Educação” (art. 61 a 67). Por outro lado, comenta o retrocesso conceitual na Lei n. 13.415 de 16/2/2017.

O capítulo quinto, *Políticas de formação de profissionais da educação: funcionários da educação básica e a LDB/1996 vinte anos*, das autoras Iria Brzezinski e Juçara Vieira, destaca-se pelas análises das políticas de formação de profissionais da educação, especificamente, dos funcionários da educação básica, provocadas por modificações na LDB/1996. As autoras realizam a reflexão sobre a identidade profissional dos funcionários, configurada na luta pelo reconhecimento de seu significativo papel de educador nos espaços educacionais.

No sexto capítulo, intitulado *Educação Infantil: vinte anos de mudanças desde a LDB/1996*, de Maria Malta Campos, ressalta-se que com a LDB/1996 e com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB, Lei n. 11.494/2007) houve um ganho no ordenamento legal e institucional para a educação infantil. A autora termina o capítulo destacando as mudanças ocorridas na conjuntura política e os retrocessos no financiamento da educação que podem colocar limites aos progressos registrados nos últimos vinte anos.

O sétimo capítulo, de Eva Wairos Pereira e Zuleide Araújo Teixeira, *A LDB e os novos contornos da educação básica*, traz a análise sobre a educação básica e críticas à inexistente identidade do ensino médio, que se apresentou e ainda se apresenta no contexto educacional brasileiro com uma cruel dualidade: ensino propedêutico como privilégio da classe hegemônica, que visa ao ingresso no ensino superior e ensino técnico-profissional reservado à classe popular, a fim de o jovem lançar-se prematuramente no mercado de trabalho. Nas conclusões, as autoras

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644437930>

desafiam a lutar para que o Plano Nacional de Educação (2014-2024) seja posto em prática, como forma de enfrentamento da atual conjuntura nacional.

No oitavo capítulo, *Educação Superior no Brasil: disputas e tensões no processo de expansão pós-LDB*, de autoria de Antônio Cabral Neto e Alda Maria Duarte Araújo Castro, tem-se como embasamento inicial a análise da globalização como um cenário que impõe graus crescentes de qualificação da força de trabalho em todos os níveis, o que tem contribuído para a massificação do ensino superior; e posteriormente, a reflexão sobre a expansão do ensino superior no Brasil. Sobre o conjunto dos dados analisados pelos autores sobre o ensino superior, em nível de graduação, na modalidade presencial no Brasil, indica que vem se delineando um processo de expansão desde 1996 até o ano de 2014, e que essa tendência de crescimento vem passando gradativamente por um processo de desaceleração. Os autores dizem que as modificações na LDB/2016 durante duas décadas imprimem ao ensino superior ora avanços, ora retrocessos que causam estranhamento aos seus estudiosos.

O nono capítulo, intitulado *A educação de pessoas jovens e adultas na LDB: um olhar passados 20 anos*, de Salomão Ximenes e Sérgio Haddad, apresenta as muitas mudanças ocorridas na LDB/1996 em decorrência da EC n. 95/2016 e da MP n. 746/2016 que reestruturou o currículo do ensino médio. Os autores realizam uma inserção na história da educação brasileira para focalizar o direito de pessoas jovens e adultas se escolarizarem. Os autores falam que, passados mais de vinte anos de promulgação da LDB, surgiram novas normas jurídicas, além das alterações legais na própria LDB, que deram conteúdo ao direito à educação de jovens e adultos previsto na Constituição; as principais são os planos nacionais de educação – PNE 2001 – 2011 e PNE 2014 – 2024, além da Emendas Constitucionais n. 53, de 2006, e n. 59, de 2009. Assinalam, em suas análises, que a Lei da reforma do ensino médio reforça a segregação da população jovem e adulta e o desprestígio da modalidade EJA.

O décimo e último capítulo, *Financiamento da Educação na Constituição e na LDB Emendadas*, de autoria de João Antônio Cabral de Monlevade, versa sobre a história do que foi outorgado ou proclamado nas Constituições brasileiras a respeito do financiamento da educação. Destaca que, na contemporaneidade, o governo

Temer não nega a importância da educação básica, gratuita e estatal para todos os cidadãos brasileiros, mas, arbitrariamente, impôs a EC n. 95/2016, em que os gastos federais foram congelados por vinte anos, até mesmo os recursos oriundos de impostos vinculados à educação e à saúde, o que fere dispositivos constitucionais.

O processo analítico da LDB/1996 desenvolvido pelos treze autores nos dez capítulos da obra “LDB/1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa” abriga uma dialética intrínseca. No decorrer dos textos encontramos a construção que resulta de pesquisas no campo das políticas educacionais articuladas na sistematização das disputas existentes nesse campo. Tratam-se dos embates entre os atores de dois mundos com ideários conflitantes sobre as concepções de sociedade, cidadania, educação, escola e ensino: o mundo real, dos educadores, e o oficial, o mundo do sistema educativo.

Cury (2016) ao colocar em tela os vinte anos de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, ressalta a importância dessa data, da seguinte forma:

Ela é uma oportunidade para se refletir sobre uma lei importante como um momento de recuo na história da educação, quanto de uma visada da situação atual. Pelo recuo é oportuno rever caminhos feitos, uma espécie de balanço e, abastecidos por este dobrar-se sobre si mesmo (re-flexão), pensar no quadro atual e em perspectivas desafiadoras que mantenha caminhos exitosos já trilhados, repense vias derreadas e anuncie vias novas (CURY, 2016, p. 4).

Ao envolver pesquisadores de diversas Universidades brasileiras, a obra reúne trabalhos acadêmicos que carregam em si uma forte conotação política, com reflexões e análises que objetivam interpretar as tensões existentes nas políticas educacionais brasileiras. Desencadeia-se em um convite aos leitores e leitoras a constatar na leitura da LDB/1996, vinte anos depois, as contradições nas políticas educacionais desveladas pelos projetos educacionais em disputa.

Por fim, pode-se afirmar que a obra constitui-se em uma contribuição de qualidade para as discussões acerca do cenário da proposição que resultou na LDB/1996 e no embate entre os diferentes atores (nacionais e transnacionais) envolvendo concepções distintas de sociedade e educação. Também apreendendo os avanços alcançados e, paradoxalmente, situando limites e retrocessos que

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644437930>

permearam a agenda da materialização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Representa uma contribuição a todos os que se interessam pesquisar a temática e para gestores educacionais, coordenadores de cursos, docentes, pós-graduandos e discentes de cursos no ensino superior.

Referências

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB/1996 vinte anos depois**: projetos educacionais em disputa. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Vinte Anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). **Jornal de Políticas Educacionais**. v.10, n.20, julho-dezembro de 2016. p. 03-17. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/49964/32545>. Acesso em: 14 jul. 2019.

Correspondência

Angela Hess Gumieiro – Universidade Estadual Paulista – R. Roberto Símonsens, 305 - Centro Educacional, CEP 19060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)